

Inclui um guia prático relativo à preparação e envio das peças processuais via Internet

Elita Portela d'Arrochella Lobo

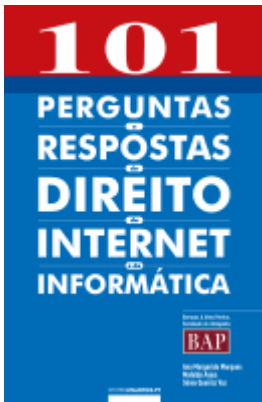
Internet e correio-electrónico

Manual para juristas e advogados

Colecção Direito das Novas Tecnologias

A nova economia, dependente das novas tecnologias da informação, traz consigo novos desafios e ameaças.

Quais as respostas dos nossos Juristas, tribunais, compêndios e legislação?



[Encomendar](#)

101 Perguntas e Respostas do Direito da Internet e da Informática

Autores: Ana Margarida Marques, Mafalda Anjos e Sónia Queiróz Vaz

Nº Páginas: 352

ISBN: 972-8426-50-X

Depósito legal: 179.034/02

Preço (papel): 22,20 Euros

Preço (digital): 11,10 Euros

Data da 1ª Edição: Abril/2002



[Encomendar](#)

Guia Jurídico da Internet em Portugal

Autores: Paula Rainha e Sónia Queiróz Vaz

Nº Páginas: 424

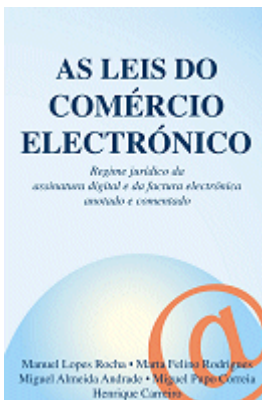
ISBN: 972-8426-35-6

Depósito legal: 162.701/01

Preço (papel): 4.450\$00/22,20 Euros

Preço (digital): 2.225\$00/11,10 Euros

Data da 1ª Edição: Março/2001



[Encomendar](#)

As Leis do Comércio Electrónico

Autor: [Manuel Lopes Rocha](#), [Miguel Pupo Correia](#), [Marta Felino Rodrigues](#), [Miguel Almeida Andrade](#), [Henrique José Carreiro](#)

Nº Páginas: 336

ISBN: 972-8426-25-9

Dep. Legal: 147.881/00

Preço (papel): 2.950\$00/14,71Euros

Preço (digital): 1.475\$00/7,36 Euros

Data da 1ª Edição: Março/2000

Dimensões: 15*23cm



[Encomendar](#)

Direito da Informática nos Tribunais Portugueses

Autor: Manuel Lopes Rocha

Nº Páginas: 212

ISBN: 972842609-7

Dep. Legal: 131.444/99

Preço (papel): 2.450\$00/12,22 Euros

Preço (digital): 1.225\$00/6,11 Euros

Data da 1ª Edição: Março/99

ELITA PORTELA D'ARROCHELLA LOBO

INTERNET E CORREIO-ELECTRÓNICO

MANUAL PARA JURISTAS E ADVOGADOS



CENTRO**ATLANTICO**.PT

Portugal/2003

Reservados todos os direitos por Centro Atlântico, Lda.
Qualquer reprodução, incluindo fotocópia, só pode ser feita com autorização expressa dos editores da obra.

Internet e correio-electrónico - Manual para Juristas e Advogados

Colecção: Sociedade da Informação
Autora: Elita Portela d'Arrochella Lobo

Direcção gráfica: Centro Atlântico
Revisão final: Centro Atlântico
Capa: Paulo Buchinho

© Centro Atlântico, Lda., 2003
Av. Dr. Carlos Bacelar, 968 - Escr. 1 - A
4764-901 V. N. Famalicão
Rua da Misericórdia, 76 - 1200-273 Lisboa
Portugal
Tel. 808 20 22 21

geral@centroatlantico.pt
www.centroatlantico.pt

Design e Paginação: Centro Atlântico

Impressão e acabamento: Inova
1ª edição: Setembro de 2003
ISBN: 972-8426-71-2
Depósito legal: 200.046/03

Marcas registadas: todos os termos mencionados neste livro conhecidos como sendo marcas registadas de produtos e serviços, foram apropriadamente capitalizados. A utilização de um termo neste livro não deve ser encarada como afectando a validade de alguma marca registada de produto ou serviço.

O Editor e os Autores não se responsabilizam por possíveis danos morais ou físicos causados pelas instruções contidas no livro nem por endereços Internet que não correspondam às Home-Pages pretendidas.

Apesar de terem sido tomadas todas as precauções, podem ter existido falhas humanas ou técnicas na transcrição da legislação ou nas suas referências. Por essas, ou por quaisquer outras falhas eventualmente existentes neste livro, quer o Editor quer os Autores não assumem qualquer responsabilidade.

Índice

1. Introdução	7
Internet e correio-electrónico	7
2. Primeiros passos	11
Aquisição do computador	11
Noções básicas	12
Programas, documentos e ficheiros	19
O correio-electrónico e suas funções	22
Programas de correio-electrónico	24
3. O regime jurídico aplicável	27
Documentos: tipologia, forma e força probatória	31
Assinatura	32
Dados de ass. electr. e emissão dos certificados qualificados	39
Conteúdo dos certificados qualificados	40
Suspensão e revogação dos certificados qualificados	41
Certificação	42
Fiscalização e deveres de informação	44
Comunicação de documentos electrónicos	45
4. Da teoria à prática	49
A assinatura digital	49
Obter endereço electrónico da Ordem dos Advogados	50
Como configurar o endereço de correio-electrónico da Ordem	57
Obter o certificado	64
Associar o certificado a uma conta de correio-electrónico	71
Preparar uma peça	74
Enviar uma peça	83

Verificar uma assinatura	92
Certificados para Juristas	94
5. Envio de peças processuais e Certificados Digitais com o Software JuriGest	95
1. Definição da Mensagem	97
2. Classificação da Mensagem	99
3. Associar Documentos, Certificado Digital e Encriptação	101
4. Envio da mensagem	102
6. <i>Links</i> e endereços electrónicos úteis	103
7. Como criar um sítio na Internet	117
8. A Marca de Dia Electrónica dos CTT	131
9. Conclusão	137
10. Glossário	141
11. Legislação e outros documentos relevantes - Anexos	157
Legislação Portuguesa	157
Regulamento do DNS.pt	159
Ordem dos Advogados	160
Legislação Comunitária	160
Legislação Internacional	160

1. INTRODUÇÃO

Internet e correio-electrónico

A Internet é um novo mundo!

A Internet é uma rede mundial de redes informáticas que permite o acesso a diversas fontes armazenadas em distintos computadores. Estas fontes podem ser de acesso público, sendo acedidas através de um determinado endereço, ou de acesso restrito, pago ou gratuito, acedidas através de uma (ou mais) palavra-passe.

Esta interligação de redes, que teve como base inicial a infra-estrutura telefónica, é um privilégio da sociedade moderna e tem revolucionado o mundo através da comunicação, da disseminação e divulgação da informação, tornando-se num excelente meio para a colaboração e interacção entre as pessoas e organizações, independentemente das suas localizações geográficas.

A Internet representa um dos mais bem sucedidos exemplos do desenvolvimento das tecnologias de informação. Estimula o crescimento económico, o investimento na inovação e potencia a competitividade entre as organizações. Hoje, a Internet permite o acesso a uma enorme base de informação e envolve variados aspectos, nomeadamente tecnológicos, organizacionais, sociais e comunitários. A sua influência atinge não só áreas técnicas das comunicações mas toda a sociedade, na medida em que são utilizadas cada vez mais ferramentas on-line para actividades empresariais ou académicas, para serviços públicos ou privados, para adquirir informação e viver em comunidade.

O correio-electrónico, ou e-mail, foi a primeira aplicação de sucesso da Internet, sendo também a mais popular. A correspondência atra-

vés do correio-electrónico permite a comunicação e transmissão de dados entre duas ou mais pessoas de uma forma extremamente fácil e célere. A transmissão quase instantânea de informações, documentos e dados entre qualquer localização geográfica permite não só uma partilha generalizada de conhecimento, como a redução das barreiras de acesso à informação.

O futuro do Direito e da Advocacia depende, igualmente, da forma como as novas tecnologias de informação, Internet e correio-electrónico, forem apreendidas e utilizadas por todos os intervenientes processuais. Neste contexto, é fundamental que os advogados e juristas desenvolvam as competências necessárias para a máxima utilização dos recursos disponíveis, de forma a que se tornem competitivos e capazes de ultrapassar eventuais barreiras provenientes de falta de informação. Como tal, o primeiro factor consiste em conhecer os instrumentos mais relevantes, quais os seus objectivos e diferentes formas de utilização. Estamos conscientes de que se trata de um desafio, uma mudança e inovação para os advogados e juristas, mas que culminará no exercício de uma profissão mais eficiente. O ambiente jurídico sofrerá alterações positivas no sentido da celeridade processual e consequente melhoria da qualidade dos cidadãos.

Neste contexto, o Decreto-Lei 183/2000, de 10 de Agosto, veio proceder a uma profunda alteração no Código de Processo Civil, nomeadamente no seu artigo 150º, criando a possibilidade das partes apresentarem em suporte digital os articulados, alegações e contra-alegações de recurso escritas, com carácter obrigatório a partir de 15 de Setembro de 2003.

A entrega das principais peças processuais em suporte digital é uma medida fundamental para a modernização do sistema judicial. Contudo, só a sua efectiva operacionalidade prática permitirá cumprir os objectivos que visa alcançar, nomeadamente a celeridade processual. Assim sendo, é essencial que todos os operadores judi-

ciários estejam preparados para esta realidade, especificamente no que diz respeito ao envio das peças através do correio-electrónico.

Perante esta situação colocar-se-ão imediatamente inúmeras questões, umas de ordem jurídica, outras a nível das tecnologias da informação. Relativamente às questões jurídicas, as mais importantes nesta matéria estão reguladas no Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de Abril, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 1999/93/CE¹ e que se esclarecerão de uma forma prática e clara ao longo deste manual que tem por objectivo primordial, aproveitando esta alteração processual, garantir que, não só advogados, magistrados e outros intervenientes do sistema judicial adquiram os conhecimentos necessários à implementação desta medida, como também, beneficiando desta necessidade de aprendizagem sobre as tecnologias de informação, as rentabilizem, nomeadamente ao utilizar a Internet para outros fins, como seja a pesquisa de legislação, recolha de informações e agilização da comunicação com os seus constituintes e colegas.

O livro está estruturado como um guia para advogados e juristas, apresentando os vários passos necessários para a preparação e envio das peças processuais, desde a aquisição do computador e escolha da ligação à Internet, obtenção de um endereço electrónico e respectivo certificado qualificado, até à criação de uma página de apresentação institucional na Internet. Pretende-se possibilitar que, de uma forma simples e rápida, os advogados e licenciados em Direito possam aplicar as alterações previstas pelo Código de Processo Civil, a tempo da introdução legislativa. Apresentam-se, também, os principais sítios e endereços electrónicos de informação relevante para o advogado, bem como a legislação útil sobre tecnologias de informação.

¹ O Decreto-Lei 290-D/99 continua a ser a referência correcta da lei vigente, uma vez que apenas foi alterado pelo Decreto-lei n.º 62/2003 e republicado em anexo a este na sua versão consolidada actual.